

- 1) a medida de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, muito embora efetivada dentro de processo de conhecimento, tem caráter de tutela cautelar;
  - 2) é plenamente aplicável ao processo do trabalho o instituto da antecipação da tutela jurisdicional;
  - 3) é o Juiz-Presidente da Junta, atuando monocraticamente, e não o colegiado, que tem competência para decidir o incidente;
  - 4) a aferição da prova inequívoca para fins de concessão da medida será avaliada pelo julgador *in concreto*;
  - 5) a doutrina moderna não admite o abuso do direito de defesa que tem seu exercício garantido por preceito constitucional, ademais a deslealdade processual nesta hipótese só poderá ser aferida no final do procedimento;
  - 6) é interlocutória a decisão que defere a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, só sendo possível a impugnação via meio recursal que ataque a sentença;
- 7) a execução da medida de antecipação da tutela jurisdicional é provisória.

## REFLEXÕES ACERCA DO ENUNCIADO 330

Guilherme de Moraes Mendonça (\*)

Matéria exaustivamente debatida pelos doutos em direito do trabalho foi o conteúdo plasmado no enunciado 330 do excelso TST. Brilhantes estudos foram desenvolvidos a este respeito; contudo, considerando ser a dúvida o maior dos alicerces do raciocínio científico, somos levados, pelo atrevimento, a lançar pequeno esboço sobre a questão. É certo, não termos qualquer pretensão de exaurir a temática, objeto de estudo destas parcimoniosas linhas; todavia, tentaremos fazer germinar a semente da reflexão acerca do tema, ofertando assim ao leitor uma contribuição, ainda que mínima.

### DO SUBSTRATO FÁTICO

Sabe-se que o direito, mormente o laboral, é um dos ramos científicos mais jungidos à realidade social. O direito, em uma análise ainda que de maneira superficial, inobservando-se determinados aspectos incabíveis nesta preleção, porquanto serem temas alienígenas ao abordado, é sem dúvida regra de conduta.

Desta maneira, é curial no presente estudo, mencionar-se determinado dado, que à guisa de exemplo ou mesmo de instântaneo da realidade que nos cerca, através do método da indução, nos subsidiará na presente análise.

Em recente estudo elaborado pelo Conselho Regional de Economia da Paraíba, publicado por periódico de repercussão nacional (1) em 26.06.94, foi verificada a condição de trabalho ao qual o obreiro é submetido em região que dista menos de 100 km. da localidade onde exercemos a magistratura. Chegou-se a dessunção, a partir de dados colhidos naquele estudo, que 91,6% da população de determinado município vive em estado de indigência. E mais, deste universo percentual citado supra, 44% de indivíduos não possui qualquer fonte de renda, cristalizando-se em relação a estes o estado de miserabilidade.

Nada a espantar. Somos sabedores da realidade nordestina e que tal dado é apenas emblemático. Talvez poucos afirmem mais tal situação, que nós magistrados da justiça do trabalho em permanente contato com a massa trabalhadora. Todavia, faz-se mister reavivar tal situação, a partir de exemplo colhido de maneira científica, e portanto, criteriosa, para que resoluções ou julgamentos precipitados não sejam tomados. Afinal, como já se disse "o olhar do juiz há de ser o olhar da sociedade".

(\*) - **Guilherme de Moraes Mendonça é Juiz Substituto da Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**

#### ***DO ENUNCIADO E SUA REPERCUSSÃO NO MUNDO DO DIREITO***

É sabido que o enunciado 330 do TST, veio com o fito de soterrar o exposto no enunciado 41 do mesmo excelso pretório trabalhista. Neste, tinha-se os seguintes dizeres:

"A quitação nas hipótese dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 477 da CLT, concerne exclusivamente aos valores discriminados no documento respectivo".

Sobreveio o discutido 330, assim vazado:

"A quitação passada pelo empregado, com assistência de entidade sindical de sua categoria, ao empregador, com observância dos requisitos exigidos nos parágrafos do art. 477 da CLT, tem eficácia liberatória em relação às parcelas expressamente consignadas no recibo, salvo se oposta ressalva expressa e específica ao valor dado à parcela ou parcelas impugnadas."

Com tal enunciado, o TST transmudou radicalmente seu entendimento sobre a matéria, revolvendo elementos que repercutiram em toda a estrutura laborativa nacional. Ousadia não faltou, como de igual forma, não faltaram as críticas. Até mesmo a motivação do referido enunciado foi matéria em discussão, alguns chegando a afirmar que o verdadeiro escopo daquele, seria a minoração de serviço da Justiça do Trabalho.

Outros ao criticarem, enveredaram pela seara da inconstitucionalidade do enunciado. Hipótese absurda dentro do contexto do nosso ordenamento em vista de não ser o enunciado, em caráter restrito, norma legal. Fizemos questão de sobrelevar o aspecto contido da restrição, pois como bem sabemos - desprezando-se o conceito dogmático - jurisprudência representa a reiterada repetição de soluções judiciais a casos análogos; entretantes, a jurisprudência no vicejar do nosso direito, possui, claramente a força da compulsoriedade.

Paulo Dourado Gusmão (2), em sua grande obra "Introdução ao Estudo do Direito", leciona sobre a questão, assinalando:

"Teoricamente, no direito europeu, ao qual o nosso está filiado, a regra de direito jurisprudencial não tem força obrigatória, não obrigando assim, aos juízes. Todavia, se assim é em teoria na prática não ocorre, pois a jurisprudência dos Tribunais Superiores vincula indiretamente as decisões de inferiores jurisdições, pois dessas decisões cabe recurso para tais tribunais."

De igual maneira, posiciona-se a literatura internacional. O insigne mestre Guillermo Carbanellas, em sua grandiosa obra (3) "Tratado de Derecho Laboral", digrecciona, citando o não menos festejado Couture:

"La atividade jurisprudencial va assumiendo contornos de carácter legislativo al tomar um carácter de obrigatoriedad y de generalidade que, en la tradicional estrutura del principio de division de poderes sólo era privilegio del organo legislador".

Em resumo, na rotina do direito existe sim o efeito jurisprudencial obrigatório. Isto é indiscutível. Neste diapasão, discorre o mestre Manoel Antonio Teixeira, sobre o tema, artigo publicado em órgão veiculador especializado (4), trazendo a análise sob o prisma específico do direito instrumental do trabalho:

"Reconhecemos, no entanto, que as súmulas apresentam um certo efeito endoprocessual, pois tolhem a possibilidade de ser admitido recurso de revista calçado em decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência (Súmula número 42)".

Ora, resta evidente que o enunciado tolhe o entendimento diverso, fossilizando o direito, tornando-o órfão da divergência.

Explicitados tais argumentos, observa-se da gravidade quando da expedição de enunciado.

Em hipóteses como a em destaque, há de se ter uma análise percutiente e sistêmica, ou seja, sobre todas as faces da matéria. Não se pode olvidar que o direito, além de norma é fato e valor. Quebrar tal unidade significa cindir o indivisível, será o mesmo que sorver do direito a sua eficácia e validade.

Tal inferência vem sob o influxo do preconizado tridimensionalismo do mestre Reale, citado por Arnaldo Vasconcelos, na sua obra "Teoria da Norma Jurídica" (5):

"O direito se constitui de fato, valor e de norma. Portanto, não pode o fenômeno jurídico ser apanhado em sua integridade, senão através da visualização desses elementos em conjunto. A partir dessa tomada de consciência, afirma-se o tridimensionalismo jurídico, cujo teórico mais fecundo e exemplar é Miguel Reale".

Noutro falar, não se pode fazer excluir do direito o fato ou valor. A legislação ou sua exegese não pode incidir desprezando a "praxis social" que o margeia.

### ***DAS REPERCUSSÕES DOS ASPECTOS FÁTICOS***

É hialino que o enunciado 330 é originário de ilações decorrentes de uma outra realidade social que não a apontada ou delineada acima. O Brasil é um país múltiplo, e como tal, possui disparidades intermináveis. O estudo (pesquisa) dantes mencionado, mostra claramente a verdade: a debilidade da classe obreira naquela região em que atuamos. Sindicato é fenômeno de massa, de concentração proletária, onde a revolução industrial se opera ou operou. No tecido social que vivenciamos é indubitável que a fragilidade da massa trabalhadora conduz inexoravelmente à tibieza dos órgãos classistas. Não é preciso maiores aprofundamentos sociológicos para se

concluir que a falta de condições laborativas mínimas veda a consciência do que se chama categoria, obstando o funcionamento devido de entidades classistas.

Querer igualar desiguais reveste-se de uma grande absurdez. Como se disse, o Brasil é um país de diversas realidades. Na nossa, muitas das vezes, o magistrado trabalhista possui também a função pedagógica, realçando para a comunidade o valor do trabalho subordinado.

Olvidar-se destes aspectos seria negligenciar os componentes fáticos e axiológicos que deverão consubstanciar o direito em seu vicejar. Afinal o direito é vida. Incabível, porquanto, é supor "vista gratia", que o obreiro percebedor de ínfima quantia vá dissentir de qualquer numerário oferecido como verba rescisória. Nem mesmo o órgão classista ao qual faz parte o trabalhador, agora desempregado e mais necessitado, poderá obstar aquela homologação, sob o argumento de que aquele montante está aquém do devido; isto porque a necessidade fala mais alto, e como diria o grande Machado as urgências do estômago têm que ser acudidas. Quanto à ressalva, salta aos olhos que o empresariado "poderá bater o pé" e condicionar o pagamento daquela quantia à inexistência da mesma, quando da homologação.

Evidencia-se assim, o enorme fosso existente entre a dicção do enunciado para com grande parte do universo no qual atuamos. E a partir disto, nota-se claramente, que a aplicabilidade do referido enunciado em determinadas realidades, poderá levar o direito para o porto da ineficácia, pois, como ciência de enorme componente social, não subsistirá à ausência do suporte fático/jurídico tão determinante na vigência de nosso ordenamento legal. Em resumo, à medida que se despreza os valores e os fatos no direito, não se permite a busca do seu objetivo maior, que é o bem comum.

### ***DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA MATÉRIA***

A opinião acima esposada, adquire maior ressonância e fundamentação quando desembocamos em sede do direito laboral, auxiliado por injunções de direito comum. Comungamos da tese da não incidência do enunciado 330 onde exercemos nosso ofício. Ainda somos pelo estampado no enunciado 41, que fornece ao magistrado melhores condições de jugo da questão, tanto no que tange às nuances coletivas quanto individuais.

De início, observe-se o conceito de quitação, fulcrando-se no artigo 940 do Código Civil. Neste preceptivo legal, verificam-se como elementos essenciais na caracterização de tal instituto o valor e a espécie da dívida. Ora, claro está, a teor deste dispositivo legal comum, que inexistente a quitação geral e irrestrita. O valor é item determinante na sua concreção.

Esta conclusão ganha ainda mais força quando lidamos com o estuário legal do direito do trabalho - especificamente o artigo 477 da CLT. É cediço que o trabalhador após a quebra do contrato, na maioria das vezes, assente com a percepção

de numerário a menor a que faz jus, por estar claramente em estado de necessidade. Corrobora-se esta intelecção, através da aplicabilidade do princípio da razoabilidade, evidenciado pelo mestre Plá Rodríguez, na sua grande obra "Princípios de Direito do Trabalho" (6), sendo de bom alvitre destacar-se elucidativo trecho:

"... Podemos dizer que o princípio da razoabilidade consiste na afirmação essencial de que o ser humano, em suas relações trabalhistas, procede e deve proceder conforme a razão.

... Trata-se, como se vê, de uma espécie de limite ou freio formal e elástico ao mesmo tempo, aplicável naquelas áreas do comportamento onde a norma não pode prescrever limites muito rígidos, nem em um sentido, nem em outro, e sobretudo onde a norma não pode prever a infinidade de circunstâncias possíveis".

A luz de tal princípio é plausível supor que a necessidade faça o obreiro perceber quantia inferior a que tem direito.

Outro não é o parecer do mestre Manoel Antônio Teixeira, quando analisa o enunciado em texto anteriormente citado (3):

"A súmula número 330 é, portanto, de uma insensibilidade e de perversidade sem precedentes. Ora, enquanto a ruptura de um contrato de trabalho figura aos olhos do empregador, como mais um fato rotineiro no cotidiano de seu estabelecimento, para o trabalhador representa, quase sempre, um motivo de preocupação, de ansiedade e de angústia, pois afinal de contas, o que ele perdeu foi o seu emprego, vale dizer a fonte de onde obtinha os meios materiais indispensáveis à manutenção de sua família. É evidente que o trabalhador, privado do emprego, necessita, mais do que nunca receber aquilo que o empregador se propõe a pagar-lhe, por mais irrisório que seja, deixando para exigir em juízo, o restante".

Noutros termos, seria ilusório pensar de outra maneira a partir do que presenciamos em nossa vida profissional. Continuamos a decidir sob o raciocínio emitido no enunciado 41, através da ótica de se considerar a quitação nos mais estreitos limites daqueles valores assentes nos documentos rescisórios. Como bem se disse o elemento valor há que ser considerado consoante predispõe a norma legal civil. Discordamos daqueles que o relegam, atendo-se a parcela de maneira irrestrita, sem limitação.

Outrossim, é fundamental que o intérprete da lei, principalmente o magistrado, esteja atento para a realidade que o cerca. Embora sendo sabedor que os enunciados possuem um louvável objetivo de obstacular discussões estéreis pela sua característica de amalgamar decisões análogas sobre o mesmo tema em um só preceito, deverá ele juiz ter a acuidade necessária em não decidir em dissonância com

a realidade dos seus jurisdicionados. Do contrário, em nosso entender estará ele negando o próprio direito, desprezando o princípio da justa e integral reparação.

#### BIBLIOGRAFIA

- (1) - Jornal "A Folha de São Paulo", São Paulo, caderno especial, publicado em 26 de junho de 1994 - Brasil Crise Social, Esoecial - A-1
- (2) - Gusmão, Paulo dourado de, Introdução ao estudo do direito; nona edição, Rio de Janeiro, Forense, 1982, pags. 155.
- (3) - Carbanellas, Guillermo, Tratado de Derecho Laboral, Buenos Aires, 1949, Editorial Bibliográfica Argentina, Tomo I, pags. 368.
- (4) - Jornal Trabalhista, Brasília, Centro de Assessoria Trabalhista, publicação semanal, número 501, 18 de abril de 1994.
- (5) - Vasconcelos, Arnaldo, Teoria da Norma Jurídica, Rio de Janeiro, Forense, 1978, págs. 10.
- (6) - Plá Rodriguez, Américo, Princípios de Direito do Trabalho, tradução de Wagner Giglio, primeira edição em português, São Paulo, Editora Ltr, 1978, pags. 244/245.

#### DA CONFERÊNCIA DE CÓPIAS

Adriana Sette da Rocha Raposo (\*)

A questão ora apreciada tem relevância principalmente, quando as partes trazem em Juízo uma quantidade grande de documentos que o Juiz e os Serventuários da Justiça do Trabalho, não dispõem de técnicas, nem de tempo, necessários ao atendimento da conferência de cópias com os respectivos originais.

Neste sentido, a vigente legislação assim preceitua:

Art. 392 do CPC - "Compete à parte, contra quem foi produzido o documento particular, alegar, no prazo estabelecido no art. 390, se lhe admite ou não a autenticidade da assinatura e a veracidade do contexto; presumindo-se, com o silêncio, que o tem por verdadeiro."